

Congresso reabre na segunda-feira para votar projetos prioritários

09 JAN 1993

JORNAL DE BRASÍLIA

Com a missão de votar 15 projetos prioritários e o Orçamento Geral da União deste ano, os deputados e senadores retomam o trabalho na próxima segunda-feira com previsão de recesso só em 10 de fevereiro. A convocação, feita pelo presidente Itamar Franco, poderá ter ainda mais projetos a serem apreciados porque os presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), vão se reunir na terça-feira para decidir quais as propostas que o Congresso vai anexar às previstas pelo Executivo.

De acordo com Benevides, a pauta enviada pelo governo tem poucas unanimidades. Há polêmica, por exemplo, sobre o projeto de lei que estabelece diretrizes para a rolagem das dívidas nos Estados. Encabeçam a oposição o governador Ciro Gomes (PSDB/CE) e o senador Esperidião Amim (PDS-ES). Motivo: o Ceará e Santa Catarina pagaram suas dívidas e não aceitam que a União premie os Estados inadimplentes. "Sem contrapartida

para quem pagou seus compromissos haverá problema. Eu, por exemplo, defendo posição que beneficie o Ceará, porque quem paga não pode acabar punido pela pontualidade e correção", antecipou Benevides.

Outra proposta a ser votada é da modernização dos portos. Os senadores emendaram o projeto enviado pela Câmara e há intensa mobilização dos portuários para sustentar as mudanças e dos empresários para retirá-las, conservando o que foi aprovado pelos deputados. Em situação semelhante está o projeto das licitações e contratos da administração pública. Os empresários também rejeitam as mudanças do Senado, alegando que há intenção de submeter empresas privadas ao controle do Tribunal de Contas da União (TCU).

O ajuste fiscal é o da maior importância para o governo, mas há muita polêmica a respeito da sua eficácia, tendo em vista as concessões que as administrações estaduais e municipais esperam obter

OS PRINCIPAIS PROJETOS

■ **Plebiscito sobre sistema de governo:** A adoção do parlamentarismo divide ao meio todos os partidos do Congresso, com exceção do PSDB, o maior defensor do regime. A antecipação do plebiscito de setembro para abril é também polêmica.

■ **Desapropriação para fins de reforma agrária:** Negociada na Câmara, a lei foi alterada no Senado. Os ruralistas, que até aqui não perderam votação no Congresso, não gostaram e vão retirar as emendas dos senadores. Prevalecerá o projeto original da Câmara.

■ **Remuneração dos Servidores Públicos Federais:** É o projeto que busca fazer a isonomia dos salários. Há mais de quatro anos o Congresso busca, em vão, uma solução para o assunto.

■ **Comissão de Desestatização:** O senador Mauro Benevides confessou não saber absolutamente nada a respeito do que é este item da pauta do governo. Há uma comissão de desestatização, prevista em lei, mas o governo não esclareceu se quer nomear novos integrantes ou fazer uma nova lei disposta a respeito da venda das estatais.

■ **Advocacia-Geral da União:** Já há consenso de que a União deve ter seu quadro de advogados, tamanha a quantidade de ações que lhe são movidas nos vários tribunais do País.

do governo federal. Se for aprovado, há quem aposte que só servirá para aumentar a carga tributária. "Acho isto um absurdo, porque

não vai resolver nada, só penalizar ainda mais o consumidor", disse o senador Epitácio Cafeteira (PDC-MA).